

Decreto quer reduzir faltas de professores

Medidas anunciadas pelo governador Mário Covas fazem parte de conjunto de propostas para recuperar o ensino público; só no ano passado alunos perderam 5 milhões de aulas

MARIA LÍGIA PAGENOTTO

A contar por três decretos publicados terça-feira pelo governador Mário Covas no *Diário Oficial do Estado*, os 6,5 milhões alunos da rede estadual de ensino — cujo ano letivo se inicia hoje — terão em 95 uma carga maior de aulas do que nos anos anteriores.

Segundo levantamento da Secretaria Estadual de Educação, em 93, de um universo de 260 mil professores, foram registradas 4 milhões de faltas. Em 94, os estudantes da rede perderam 5 milhões de aulas.

As medidas anunciadas por Covas têm por objetivo reduzir o número de professores faltosos e fazem parte do conjunto de propostas para recuperar o ensino público apresentadas

pela secretária da Educação, Rose Neubauer.

O primeiro dos decretos anunciados pelo governo trata das readaptações — que ocorrem em casos de afastamento por motivo de saúde. Segundo a nova determinação, os servidores readaptados (ocupando outras funções que não o magistério) terão de se submeter a novos exames de saúde e retornarão ao trabalho se estiverem aptos.

A Secretaria da Educação calcula que cerca de 2 mil professores devem estar voltando este semestre para as salas de aula. Segundo a instituição, atualmente cerca de 10 mil professores estão impedidos de dar aulas por problemas de saúde.

O segundo decreto, que é um desdobramento do primeiro, exige que o funcionário, para se afastar, tenha pelo menos três anos de efetivo exercício no cargo do qual é titular. O afastamento só será concedido com a suspensão dos vencimentos.

Por fim, o último decreto publicado por Covas no dia 31 apresenta novidades quanto à apuração de faltas dos professores. Na gestão anterior, os professores que faltassem um número de horas inferior à metade de sua carga diária não sofriam

nenhum desconto. Agora, a cada cinco horas-aulas não-cumpridas será contado um dia de falta.

Em um pronunciamento feito no final do mês em Brasília, a secretária declarou ainda que os professores faltosos devem deixar de receber benefícios como aposentadoria especial e licença-prêmio, entre outros.

Entre os professores, as medidas causaram surpresa e foram recebidas com certa dose de indignação. “É óbvio que não somos favoráveis às faltas, mas isso só ocorre porque recebemos baixos salários”, declarou o presidente do Sindicato dos Profissionais do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Roberto Felício. Segundo ele, um professor em início de carreira ganha R\$ 141 mil por 20 horas semanais.

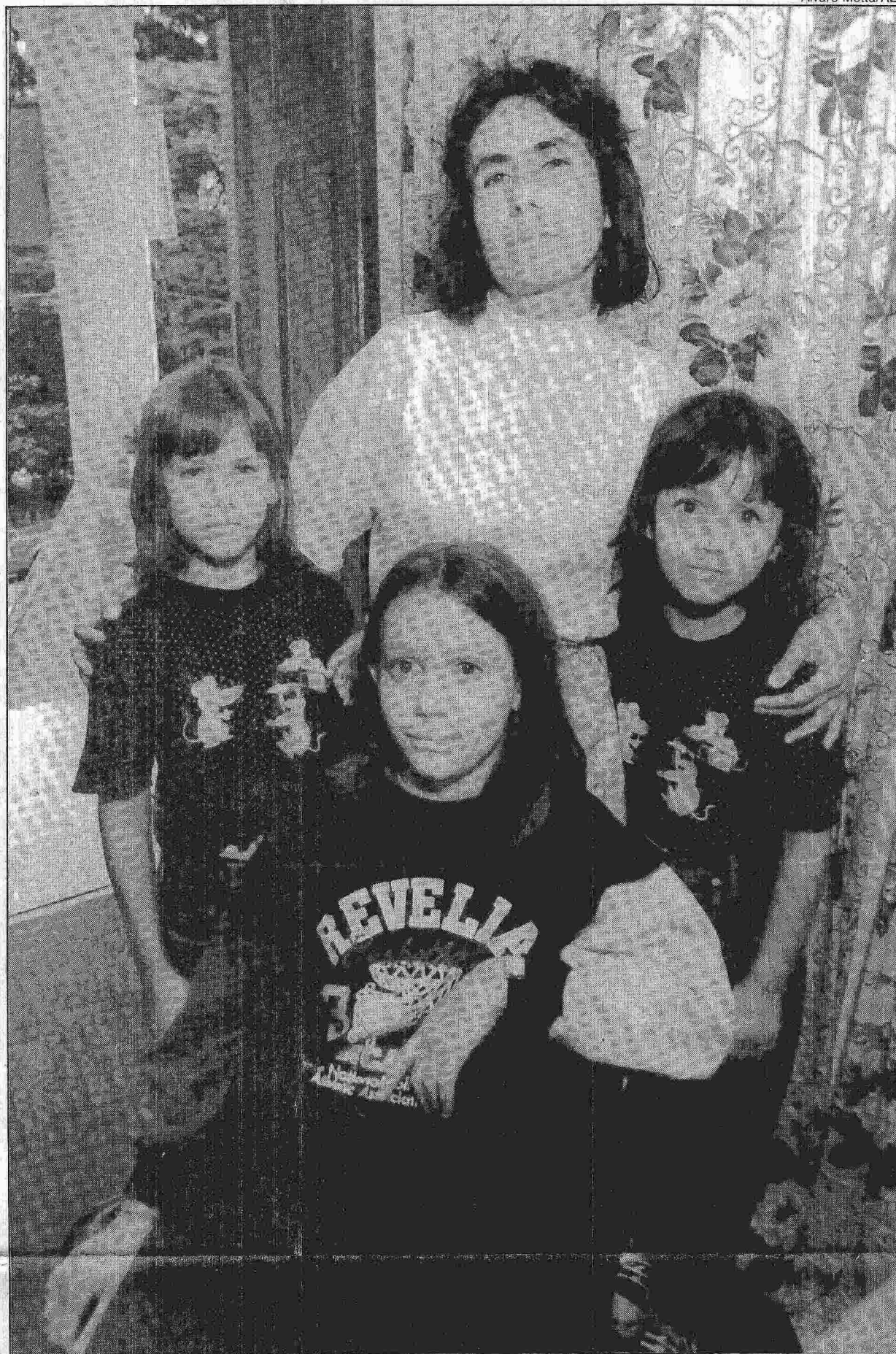
PROFESSOR
EM INÍCIO DE
CARREIRA
GANHA R\$ 141
POR 20 HORAS
SEMANAIS, DIZ
APEOESP

“O governo tem de ter sensibilidade para resolver primeiro a questão salarial e depois, sim, cobrar presença”, completou. Felício disse ainda que a Apeoesp está disposta a discutir esse assunto e outros, como a qualidade do ensino e a formação de professores, desde que o governo se proponha a resolver a questão salarial.

“Até hoje só ouvimos que o Estado não tem dinheiro, quando sabemos que a arrecadação do ICMS em janeiro foi 20% maior do que o mesmo mês de 94.”

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria da Educação, as medidas não têm por objetivo punir os professores, mas sim dar uma satisfação à sociedade sobre o que vem sendo feito para reduzir os índices de perda de aulas.

Entre o magistério, a questão quase não merece discussão. As faltas, segundo a assessoria de imprensa da Apeoesp, estão dentro do que prevê a legislação. Ainda de acordo com o sindicato, há diversos casos de professores que faltam deliberadamente ao trabalho para fazer “bicos”. É voz corrente dentro da entidade que a prática compensa: os descontos no salário são inferiores ao dinheiro que se ganha com o trabalho extra.



Solange e as filhas: no ano passado ela ficou 43 dias de licença, além dos dias em que teve de faltar